

Conheci o protagonista deste depoimento nos anos finais do século passado. Encontrei-o pela primeira vez num seminário em La Tourette, o convento dominicano edificado nos arredores de Lyon com projeto de Le Corbusier. Discutia-se o Tratado de Maastricht que instituiu a União Europeia. O continente passava por um momento de euforia. A queda da União Soviética, o termo da guerra dita fria e as revoluções ditas de veludo dos satélites de Moscovo favoreciam previsões de democracia e paz na Europa a caminho da unidade. Fukuyama, olhado de início com condescendência pelos políticos europeus, adquirira rapidamente a categoria de profeta do futuro próximo. Afinal, a História acabava na democracia política ocidental, herdeira do liberalismo e forma, própria, civilizada, do capitalismo global! Pangloss tornara-se o arauto das relações internacionais: tudo corria da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis. A propósito de uma intervenção que via na Rússia pós-soviética um Estado integrado na comunidade das democracias, um homem de cabelo branco e aparência jovem pediu a palavra para se opor a uma visão que considerou imprópria num convento onde Santo Alberto Magno era figura tutelar. Tal como fez o santo pensador, que separou as águas das ciências e da teologia, liberte-se a filosofia política, disse, de previsões que mais não são do que visões beatas dos

acontecimentos. Quanto à Rússia, aconselhou prudência e recordou a regra de Abba Eban: só acredito em palavras e obras atribuídas aos russos quando o Kremlin se apressa a desmentir o que considera calúnias. O princípio, hoje de atualidade, parecia deslocado naquele período que mediou entre a queda da casa URSS e o 11 de Setembro de 2001, tempo de júbilo em que o “Hino à Alegria” alcançava um eco universal. Houve silêncios, sorrisos de condescendência e alguns, poucos, apoios, o meu entre eles. Recortada no fundo dos verdes e castanhos da paisagem alpina, a figura do orador prudente reencarnava o Alberto Magno da iluminura gótica da igreja conventual. A partir desse dia, passei a chamar-lhe Alberto Magno, cognome que, por via da admiração pelo pensador dominicano, aceitou de bom grado. Voltei a encontrá-lo com regularidade em reuniões idênticas, que eu acompanhava por dever de ofício e em que ele participava para, segundo me disse, agir mentalmente no sentido de o mundo não se tornar um local aborrecido. “Aos meus olhos, pelo menos. Não pretendo contribuir para melhorar o mundo, quero apenas lutar contra a monotonia da existência.” Percebi que o rondava o tédio, a que, por educação da vontade, se furtava tanto quanto podia. Diplomata aposentado, aparecia, por vezes, na companhia de mulheres mais novas. Uma destas apresentou, numa sessão da Fundação Cultural Europeia, em Leyden, uma que-rela (assim nomeou o paper) intitulada “A política cultural enquanto continuação da guerra por outros meios”. A oradora era sérvia, e tanto ela como o meu Alberto Magno não pouparam críticas ao modo como a comunidade internacional tratava os sérvios e absolvía as outras partes nas guerras da Jugoslávia. “Estamos perante uma mão-cheia de anátemas lançada sobre a realidade”, disse o meu Alberto Magno. Não fomos íntimos, mas mantivemos uma proximidade fundada em alguns traços comuns. “Ressonâncias”, dizia, recorrendo a um vocábulo que lhe era caro e acerca do qual se propunha desenvolver considerações escritas. “Interessam-me as circuns-

tâncias em que as coisas e as pessoas nos refletem ou nos são indiferentes”, disse-me. “Um ensaio?”, perguntei-lhe. “Sou demasiado preguiçoso para a sistematização teórica”, respondeu. Cético, pessimista e sensual, rendia culto ao prazer e, através dos códigos do prazer, à aventura intelectual, às artes e aos amores. “Eu soube o que é o amor feliz”, disse-me dois anos antes de morrer, “um misto de egoísmo, convicção, altruísmo e cinismo. Uma ameaça.” Entregou-me um manuscrito. “Se assim entender, publique-o depois das mortes, a minha e a da minha mulher.” Folheei o texto. “É uma confissão?”, perguntei. “Não me confesso, não tenho nem ouvinte nem auditor. Sou um católico que não crê no Deus da transcendência. Não, não é uma confissão. Chame-lhe relato, memória, narrativa, depoimento, o que quiser.”

I

Era Bruxelas, era outubro de 1965 e eu ainda me considerava jovem. Envolto em nuvens de fumo do *Cohiba*, ia ouvindo as notícias da rádio. Os sindicatos mineiros de Tertre, no Hainaut, projetavam uma greve intermitente contra o fecho dos poços. O Partido Socialista apoiava. De acordo com o governo francês, a saída próxima da França da estrutura de comando da OTAN implicava que as Forças Armadas Francesas não permaneceriam à disposição da organização, cuja sede deixaria Paris. Segundo os jornais belgas, Bruxelas seria, muito provavelmente, a cidade escolhida para a nova sede. Ian Smith, o dirigente da minoria branca da Rodésia, chegaria em breve a Londres para discutir com o governo britânico as consequências da declaração unilateral da independência da ex-colônia. “Sempre o mesmo!”, concluí com um suspiro, apagando o rádio. Levantei-me do cadeirão em que dormitava e abri as portadas da varanda. Do jardim subia o odor intenso das tílias, memória da infância que associei a folhas caídas que, levadas pela chuva, formavam armadas exterminadoras de exércitos de formigas e escaravelhos. “Sempre o mesmo!”, repeti, afastando recordações contumazes. O frio húmido do crepúsculo obrigou-me a fechar as portadas. Voltei a sentar-me e folheei o livro que Gabriel deixara na secretária: *Pour Marx*, de Louis Althusser. “Uma tentativa de libertar o marxismo do inferno da

História”, tinha-me ele dito pelo telefone, “para o devolver, numa hipotética pureza original, ao movimento comunista europeu. Uma reforma do materialismo histórico comparável à do teu Santo Alberto Magno no cristianismo medieval. Enquanto esperas por mim e pelas damas, diverte-te com esta reabilitação do marxismo, nova variante do perdão de Sartre aos crimes de Estaline. Um primor, essa literatura!” Folheei o livro (Éditions Maspero, Paris, 1965), abandonei-o e dispus-me a inspecionar as estantes do escritório, acervo das múltiplas, frequentemente desencontradas, escolhas de Gabriel. “Sempre o mesmo!”, pensei, abrindo um ou outro volume: clássicos da literatura, toda a obra de Baudelaire, anotada pelo leitor atento, tratados de filosofia, economia e matemática encadernados com folhas de apontamentos manuscritos e, junto do cadeirão de leitura, a ficção científica, com destaque para a obra de Karel Čapek em várias línguas. *A Fábrica de Absolut* merecia também um conjunto de textos manuscritos, encimados por uma citação de Čapek em francês, inglês, português e alemão: “Acreditei de facto em compromissos assumidos, na suposta honra de um tratado e em coisas semelhantes. Não sei como poderia sobreviver no meio deste atropelo.” A palavra *atropelo* (*bousculade, scramble, Gerangel*) estava várias vezes sublinhada a vermelho. “Sempre o mesmo e sempre outro!”, disse comigo próprio. Na recordação mais antiga que guardava de Gabriel havia um conjunto de elementos díspares que confluíam na figura de um rapazinho, frágil, descalço e pobre, que, com ávida curiosidade, observava a troca do pneu de um automóvel. O sol do meio-dia queimava a charneca. Uma casa humilde, caiada de branco, com ombreiras azuis e uma chaminé descomunal, fechava o horizonte. Na minha memória imperfeita, o rapaz substituíra-se ao motorista, um homem espesso, fardado de azul. Como se conhecesse o ofício, manobrava o macaco, enchia o pneu, enroscava as porcas e, com o pé nu, experimentava a solidez da roda. Um rapaz de sete ou oito anos, franzino, descalço e roto, impunha-se ao motorista farda-